

Edital de Licitação

Chamada Pública n° 002/2018

Data de abertura: 07 de agosto de 2018 – Horário: 14:00hs.

Aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar.

O **Município de Muliterno** comunica aos interessados que está procedendo à CHAMADA PÚBLICA, para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar a serem utilizados na alimentação escolar, em conformidade com a Lei n° 11.947/09 e Resoluções FNDE n°26 de 17 de junho de 2013, e n° 04, de 02 de abril de 2015, no Centro Administrativo Municipal de Muliterno, sito a Rua Vinte de Março, 156, junto ao Setor de Licitações. O recebimento dos envelopes se dá a partir da presente data e a abertura ocorrerá no dia **07 de agosto de 2018 às 14:00hs.**

1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação da chamada pública, os fornecedores poderão comercializar sua produção agrícola na forma de fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais, devendo apresentar os documentos de habilitação e seu projeto de venda em envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de n° 01 e n° 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE MULITERNO/RS
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2018
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTOS
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE MULITERNO/RS
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2018
ENVELOPE N.º 02 – PROJETO DE VENDA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

2. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N° 01)

2.1. DOCUMENTOS PARA PESSOAS JURÍDICAS - GRUPOS FORMAIS:

- 2.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.1.2.** O extrato da DAP jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- 2.1.3.** Cópia autenticada do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- 2.1.4.** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.1.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a certidão de regularidade com a Fazenda Federal deverá ser emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional), nos termos da Portaria 358, de 05/09/2014 (RFB);
- 2.1.6.** Certidão negativa com a Fazenda Municipal;
- 2.1.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 2.1.8.** Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados, relacionados no projeto de venda (**Modelo Anexo III**);

2.1.9. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (**Modelo Anexo VII**);

2.1.10. Facultativamente, declaração de desistência de prazo recursal, se considerada habilitada, no caso de não estar presente por ocasião da abertura dos envelopes (**Modelo Anexo VI**).

Obs.: Os documentos constantes do item acima poderão ser apresentados em original, ou cópia devendo estar autenticada por tabelião ou por funcionário do Município de Muliterno ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) estarão sujeitos à comprovação de sua veracidade pela Administração, dispensando-se autenticação referida no início deste item.

2.2. DOS GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES, DETENTORES DE DAP FÍSICA – ORGANIZADOS EM GRUPO:

2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2.2.2. O extrato da DAP física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

2.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a certidão de regularidade com a Fazenda Federal deverá ser emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional), nos termos da Portaria 358, de 05/09/2014 (RFB);

2.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

2.2.5. Certidão negativa com a Fazenda Municipal;

2.2.6. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda (**Modelo Anexo IV**);

2.2.7. Facultativamente, declaração de desistência de prazo recursal, se considerada habilitada, no caso de não estar presente por ocasião da abertura dos envelopes (**Modelo Anexo VI**).

Obs.: Os documentos constantes do item acima poderão ser apresentados em original, ou cópia devendo estar autenticada por tabelião ou por funcionário do Município de Muliterno ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) estarão sujeitos à comprovação de sua veracidade pela Administração, dispensando-se autenticação referida no início deste item.

2.3. DOS FORNECEDORES INDIVIDUAIS, DETENTORES DE DAP FÍSICA – NÃO ORGANIZADOS EM GRUPO:

2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2.3.2. O extrato da DAP física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

2.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a certidão de regularidade com a Fazenda Federal deverá ser emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional), nos termos da Portaria 358, de 05/09/2014 (RFB);

2.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

2.3.5. Certidão negativa com a Fazenda Municipal;

2.3.6. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria relacionados no projeto de venda; (**Modelo Anexo V**);

2.3.7. Facultativamente, declaração de desistência de prazo recursal, se considerada habilitada, no caso de não estar presente por ocasião da abertura dos envelopes (**modelo anexo VI**);

Obs.: Os documentos constantes do item acima poderão ser apresentados em original, ou cópia devendo estar autenticada por tabelião ou por funcionário do Município de Muliterno ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) estarão sujeitos à comprovação de sua veracidade pela Administração, dispensando-se autenticação referida no início deste item.

3. PROJETO DE VENDA (ENVELOPE N° 02):

3.1. O projeto de venda deve descrever o produto quanto à caracterização do mesmo e a quantidade a ser fornecida, nos moldes do Anexo II.

OBS.: Na ausência ou desconformidade de qualquer dos documentos constantes nos itens 02 e 03, fica concedido o prazo de 02(dois) dias para regularização correspondente.

4. PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS:

4.1. A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios de alimentação escolar, elaborados pela nutricionista do Município, conforme descrito na tabela abaixo.

4.2. Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 259/02 e 216/2004 – ANVISA).

Item	Alimento	Descrição	Total	R\$ UN	R\$ Total
01	Batata	Tipo inglesa de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	30 KG		
02	Pão	Branco, tipo Frances, unidade de 100gr	30 KG		
03	Cuca	Recheada, unidade de 400gr	60 UN		
04	Biscoito	Rosca branca pacote de 400gr	70 PAC		
05	Massa	Caseira, tipo espaguete, embalagem de 500gr	40 KG		
06	Massa	Tortei	30KG		
07	Cebola	Grandes, de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	20 KG		
08	Alface	De boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	140 UN		
09	Cenoura	Grandes, de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	20 KG		
10	Repolho	Grandes, de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	25 UN		
11	Tempero verde	Maço de 300gr	30 UN		

12	Polpa de tomate	Vidro de 600gr	40VD		
13	Brócolis	De boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	40 UN		
14	Tomate	De boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	30KG		
15	Doce de fruta	Diversos sabores, vidros de 400gr	20 UN		
16	Doce de leite	Vidros de 400gr	20 UN		
17	Farinha de milho	Pacote de 1 kg	20 KG		
18	Suco de uva integral	Garrafas de 1 litro	30 L		

5. PARA SELEÇÃO, OS PROJETOS DE VENDA HABILITADOS SERÃO DIVIDIDOS EM: GRUPO DE PROJETOS DE FORNECEDORES LOCAIS, GRUPO DE PROJETOS DO TERRITÓRIO RURAL, GRUPO DE PROJETOS DO ESTADO E GRUPO DE PROPOSTAS DO PAÍS.

5.1. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

5.1.1. O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos, assim entendidos os sediados no território do Município de Muliterno.

5.1.2. O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

5.1.3. O grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.2. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

5.2.1 Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

5.2.2. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo Lei nº 10.831/2003.

5.2.3. Os grupos formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os grupos informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais (detentores de DAP física).

5.3. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no item 5.

5.4. Serão considerados grupos formais e grupos informais de assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso de grupo

formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

5.5. No caso de empate entre grupos formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência no subitem 5.2.1, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre grupos informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

5.6. No caso de empate de grupos formais, em referência ao disposto no subitem 5.2.3, terão prioridades organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP jurídica.

5.7. Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS:

6.1. O(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar deverá(ão) entregar a(s) amostra(s) do(s) produto(s) no prazo de até 02(dois) dias úteis após a fase de habilitação, para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais serão submetidas a testes necessários.

6.2. As amostras deverão ser identificadas com o número do edital, o nome do fornecedor (grupo formal ou informal) e a especificação do produto.

6.3. A não apresentação da amostra ou a apresentação de amostra em desacordo com as exigências deste edital implicará na automática desclassificação do item e/ou da proposta.

6.4. As amostras serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que observará como critérios de avaliação, além das especificações descritas para cada gênero alimentício, conforme item 4 do edital, os seguintes critérios: qualidade, sabor, higiene e aspecto.

6.5. A análise ficará a cargo de profissional da área da nutrição, que emitirá seu parecer em laudo devidamente assinado e identificado.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Serão desclassificados os projetos de venda que se apresentarem em desconformidade com este edital.

8. PERÍODO DE VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do contrato será a partir de sua assinatura e terá vigência até final do ano letivo de 2018, ou até a retirada total dos quantitativos, o que ocorrer primeiro. Em caso de vencimento contratual e da não aquisição de todo o produto, não caberá à licitante qualquer indenização.

8.2. O contrato a ser formalizado obedecerá ao que dispõe os artigos 60 a 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e, de acordo com a minuta de contrato, parte integrante deste instrumento.

8.3. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Muliterno, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8666/93, sobre o valor inicial contratado.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Declarado vencedor, o agricultor ou grupo deverá assinar o contrato no prazo de até 03 (três) dias, a contar da homologação.

9.2. O produto será fornecido, conforme a necessidade da municipalidade, até final do ano letivo 2018, ou até a retirada total dos quantitativos, o que ocorrer primeiro não havendo obrigação da aquisição de todo o produto durante a vigência do contrato.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O fornecedor será remunerado exclusivamente de acordo com os itens, quantidades e preços previstos no item 4 deste edital e efetivamente entregues.

10.2. O pagamento será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária, conforme a entrega dos produtos, mediante a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, no prazo de até 10 (dez) dias da entrega dos gêneros alimentícios.

10.3. Em caso de pagamento com atraso por parte do CONTRATANTE, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, na forma do artigo 1º-F, da Lei Federal n. 9.494/97 e alterações.

11. RESPONSABILIDADES DOS FORNECEDORES

11.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias a execução do seu objeto, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8666/1993.

11.2. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no projeto de venda, Anexo II do presente edital, o padrão de identidade e de qualidade estabelecidos na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (Resolução RDC nº 259/02 – ANVISA).

11.3. Será de responsabilidade exclusiva do agricultor o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento.

12. PENALIDADES

12.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitada esta a 8 (oito) dias, após o qual será considerado inexecução parcial do contrato;

12.2. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2(dois) anos;

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias

06 . 01 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

2012 – Convênio PNAE Federal

14. DOS RECURSOS

Das decisões proferidas decorrentes da presente chamada pública caberá recurso à autoridade superior no prazo de 02 (dois) dias, e contrarrazões no mesmo prazo, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93.

As notificações de decisões se darão mediante publicação no mural oficial, localizado no átrio da Prefeitura.

15 . DA ENTREGA

15.1. Os produtos deverão ser entregues no Prédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situado na Rua Vinte de Março, nº 156, neste Município, nos dias e quantidades solicitadas pela Secretaria da Educação.

15.2. A contratada deverá realizar a entrega dos produtos em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

15.3. Por ocasião da entrega, os produtos deverão consignar como data de fabricação “ano 2018” e prazo de validade não inferior a 4 (quatro) meses, contados da data de entrega dos mesmos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública durante a vigência do contrato.

16.2 Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

Anexo I – Minuta de Contrato;

Anexo II – A – Modelo do Projeto de venda, grupos formais -Pessoa Jurídica;

Anexo II – B – Modelo do Projeto de venda, grupo informal - física organizados em grupo;

Anexo II – C – Modelo do Projeto de venda, física não organizados em grupo;

Anexo III – Modelo declaração para grupos formais -Pessoa Jurídica, (item 2.1);

Anexo IV – Modelo declaração para grupos informais de agricultores familiares detentores de DAP física organizados em grupo, (item 2.2);

Anexo V – Modelo declaração para fornecedores individuais detentores de DAP física não organizados em grupo, (item 2.3);

Anexo VI - Modelo de Declaração de Desistência de Prazo recursal;

Anexo VII – Modelo declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda de seus cooperados/associados – grupos formais pessoa jurídica, (item 2.1).

Informações serão prestadas aos interessados no horário da 8h às 12h, e das 13:30h às 17:30h na Prefeitura Municipal de Muliterno, sita na Rua Vinte de Março, 156, na cidade de Muliterno, onde poderão ser obtidas cópias do edital e seus anexos, ou pelo telefone (54) 3386- 1111.

Muliterno, RS 13 de julho de 2018.

Adriano Luiz Pelissaro
Prefeito Municipal

Anexo I
Minuta do Contrato
Chamada Pública nº 002/2018

Por este instrumento, que fazem de um lado o MUNICÍPIO MULITERNO – RS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vinte de Março, 156, inscrito no CNPJ sob número 92.450.998/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Adriano Luiz Pelissaro, brasileiro, casado, aqui denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado,..... aqui denominada simplesmente de CONTRATADA, com fundamento nas disposições da Lei nº 8.666/93 e da Lei n. 11.9474/2009 e Resoluções FNDE nº.26 de 17 de junho de 2013, e nº 04, de 02 de abril de 2015, tem entre si como justo a acordado o que segue:

Cláusula Primeira - É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, conforme segue:

Item	Alimento	Descrição	Total	R\$ UN	R\$ Total
01	Batata	Tipo inglesa de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	30 KG		
02	Pão	Branco, tipo Frances, unidade de 100gr	30 KG		
03	Cuca	Recheada, unidade de 400gr	60 UN		
04	Biscoito	Rosca branca pacote de 400gr	70 PAC		
05	Massa	Caseira, tipo espaguete, embalagem de 500gr	40 KG		
06	Massa	Tortei	30KG		
07	Cebola	Grandes, de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	20 KG		
08	Alface	De boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	140 UN		
09	Cenoura	Grandes, de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	20 KG		
10	Repolho	Grandes, de boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	25 UN		
11	Tempero verde	Maço de 300gr	30 UN		
12	Polpa de tomate	Vidro de 600gr	40VD		
13	Brócolis	De boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	40 UN		
14	Tomate	De boa qualidade, sem machucaduras ou partes estragadas	30KG		
15	Doce de fruta	Diversos sabores, vidros de 400gr	20 UN		
16	Doce de leite	Vidros de 400gr	20 UN		

17	Farinha de milho	Pacote de 1 kg	20 KG		
18	Suco de uva integral	Garrafas de 1 litro	30 L		

Cláusula Segunda - O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula sexta deste contrato.

Cláusula Terceira - O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Contratado será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Cláusula Quarta - OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

Cláusula Quinta - O início para entrega das mercadorias será imediatamente, conforme a necessidade da municipalidade, até final do ano letivo de 2018 ou até a retirada total dos quantitativos, o que ocorrer primeiro não havendo obrigação da aquisição de todo o produto durante a vigência do contrato.

a) Em caso de vencimento contratual e da não aquisição de todo o produto, não caberá à licitante quaisquer indenização.

b) O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Muliterno, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8666/93, sobre o valor inicial contratado.

c) A entrega das mercadorias deverá ser no Prédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situado na Rua Vinte de Março, 156, neste Município, nos dias e quantidades solicitadas pela Secretaria da Educação.

d) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

e) A contratada deverá realizar a entrega dos produtos em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Cláusula Sexta - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____.

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante termo de recebimento e das notas fiscais de venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Cláusula Sétima - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

06 . 01 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Cláusula Nona - O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Sexta, alínea “a”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas realizadas e conforme disponibilidade de recursos. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula Décima - O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

Cláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 20 (vinte) anos, a partir da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC, e pelo TCU, as cópias das notas fiscais de compra, os termos de recebimento e aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

Cláusula Décima Segunda - É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

Cláusula Décima Terceira - O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

Cláusula Décima Quarta - A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Cláusula Décima Quinta - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Educação e Cultura.

Cláusula Décima Sexta - O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 002/2018, pela Resolução CD/FNDE n.º 4/2015, pela Lei n.º 11.947/2009 e pela Lei n.º 8.666/93 em todos os seus termos.

Cláusula Décima Sétima - Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais

Cláusula Décima Oitava - Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;

- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

Cláusula Décima Nona - As partes elegem o Foro da Comarca de Lagoa Vermelha – RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, juntamente com duas testemunhas que também o assinam.


Muliterno/RS, de..... de 2018.

Contratante

Contratada

Testemunhas: _____

ANEXO II - A Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

	Programa Nacional de Alimentação Escolar
---	--

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Identificação da proposta de atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 002/2018

I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES**A – Grupo Formal**

1. Nome do Proponente:		2. CNPJ:		
3. Endereço:		4. Município:		5. E-mail:
6. Fone:	7. CEP:	8. Nº DAP Jurídica:	9. Banco:	10. Nº da Agência
11. Nº da Conta Corrente:	12. Nº de Associados:	13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006:	14. Nº de Associados com DAP Física:	15. Nome do representante legal:
16. CPF nº:	17. Fone:	18. Endereço:		19. Município/UF:

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade: Município de Muliterno	2. CNPJ 92.450.998/0001/44	3. Município Muliterno- RS
4. Endereço Rua Vinte de Março, nº 156		5. DDD/Fone 54-3386-1111
6. Nome do representante: Adriano Luiz Pelissaro		


RELAÇÃO DOS PRODUTOS

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO R\$	V. TOTAL R\$

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e data:	Assinatura do Representante do grupo formal:	Fone/e-mail:

Anexo II – B Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

		Programa Nacional de Alimentação Escolar		
PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE				
Identificação da proposta de atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 002/2018				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
GRUPO INFORMAL				
1.Nome do Proponente:		2. CPF :		
3. Endereço	4. Município/UF:		5.CEP:	
6. E-mail:	7. Fone:		8. Organizado por entidade articuladora: () sim () não	
9. Nome da entidade articuladora:		10. Fone:	11. E-mail:	
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Banco/ Nº. da Agência	5. Nº. da Conta Corrente

--	--	--	--	--

III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade: Município de Muliterno	2. CNPJ 92.450.998/0001/44	3. Município Muliterno - RS
4. Endereço Rua Vinte de Março, nº 156		5. DDD/Fone 54-3386-1111
6. Nome do representante Adriano Luiz Pelissaro		

IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total R\$
					Total agricultor R\$
1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total R\$
					Total agricultor R\$

V- TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	Valor Total por Produto R\$

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e data:	Assinatura do fornecedor individual	CPF:		

III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade: Município de Muliterno	2. CNPJ 92.450.998/0001-44	3. Município Muliterno- RS
4. Endereço Rua Vinte de Março, nº 156		5. DDD/Fone54-3386-1111
6. Nome do representante Adriano Luiz Pelissaro		

Anexo III
Chamada Pública 002/2018
Modelo de Declaração para Grupos Formais DAP – Pessoa Jurídica (Item 2.1)

Ao Município de Muliterno
Comissão Permanente de Licitações

Aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar.

_____, inscrito sob CNPJ nº
_____, no Município de
_____, declara sob as penas da Lei, de que os gêneros
alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto
de venda.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 – Documentação)

Anexo IV
Chamada Pública 002/2018
Modelo de Declaração para Grupos Informais de Agricultores Familiares Detentores
de DAP Física -Organizados em Grupo(Ítem 2.2)

Ao Município de Muliterno
Comissão Permanente de Licitações

Aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, do Município de _____, declaro sob as penas da Lei, de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 – Documentação)

Anexo V
Chamada Pública 002/2018
Modelo de Declaração para Fornecedores Individuais Detentores de DAP Física - Não
Organizados em Grupo (item 2.3)

Ao Município de Muliterno
Comissão Permanente de Licitações

Aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, do Município de _____, declaro sob as penas da Lei, de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 – Documentação)

Anexo VI
Chamada Pública 002/2018
Modelo de Declaração de Desistência de Prazo Recursal

Ao Município de Muliterno
Comissão Permanente de Licitações

Aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar.

A empresa _____ estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e ciente do prazo recursal relativo à fase de habilitação (art. 109, inciso I, alínea “A” da lei federal 8.666/93), se considerada devidamente Habilitada, vem por meio de seu representante legal, recusá-lo para fins de procedimento licitatório.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 – Documentação)

Anexo VII
Chamada Pública 002/2018
Modelo de Declaração para Grupos Formais DAP – Pessoa Jurídica (Item 2.1)

Ao Município de Muliterno
Comissão Permanente de Licitações

Aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar.

_____, inscrito sob CNPJ nº
_____, no Município de
_____, declara sob as penas da Lei, de que possui controle do
atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

_____, _____ de _____ de 2018

Assinatura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 – Documentação)